

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.182.201 - RJ (2017/0256735-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : SYLA BARBOSA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : EISENHOWER DIAS MARIANO - RJ056550
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO. ACÓRDÃO CONSIGNANDO DESACERTO NOS CÁLCULOS APRESENTADOS PELO AUTOR, BEM COMO A CONSONÂNCIA ENTRE OS CÁLCULOS ELABORADOS PELA CONTADORIA DO JUÍZO E O COMANDO SENTENCIAL TRANSITADO EM JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DO SEGURADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial, interposto por SYLA BARBOSA DE OLIVEIRA, com fundamento na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2a. Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS ADOTADOS NO TÍTULO EXECUTIVO. TRÂNSITO EM JULGADO. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DA COISA JULGADA.

I - A decisão agravada encontra-se assim fundamentada (fls. 320): "Não se extrai da leitura da sentença a existência de qualquer obrigação de fazer além das já cumpridas pela autarquia, eis que os aumentos foram recalculados e as diferenças pagas. Ademais, encontra-se preclusa a oportunidade para reclamar da ausência de cumprimento da alegada obrigação contida no julgado, eis que a parte autora deixou transcorrer in albis o prazo recursal em face da sentença que extinguiu a execução. Isto posto, nada mais há a prover nos autos. Dê-se baixa e arquivem-se, cientes as partes de que os autos serão remetidos à Central de Arquivamento".

II - A decisão deve ser mantida. Como houve sentença julgando extinta a execução em razão da satisfação do débito, caberia a autora/agravante, caso entendesse, não satisfeita a obrigação, apelar da referida sentença apresentando os cálculos que reputassem devidos, o que não o fez, restando, dessa forma, preclusa a questão.

III - Vale ressaltar que em sede de execução não mais se justifica a renovação do litígio que foi objeto de definitiva resolução no processo de

conhecimento, especialmente quando a decisão que apreciou a controvérsia apresenta-se revestida da autoridade da coisa julgada, ainda que a parte interessada venha a suscitar questão nova, que deixou de ser alegada por ela no processo.

IV - Qualquer modificação dos critérios adotados na concessão do benefício em sede de execução, configuraria violação à imutabilidade da coisa julgada. Precedentes.

V - Agravo de instrumento não provido.

2. Nas razões do seu Recurso Especial, sustenta o recorrente que o acórdão viola os arts. 467, 468, 472 e 473 do Código de Processo Civil, no artigo 6º, §§ 1º, 2º e 3º da LINDB, ao argumento de que a Contadoria Judicial incorreu em erro aritmético, razão porque não há que se falar em coisa julgada.

3. É o relatório.

4. Da leitura dos autos, o que se verifica é que a Corte de origem é clara ao reconhecer que o cálculo realizado pela Contadoria está em consonância com o que foi estabelecido no título executivo, assim consignando:

Como houve sentença julgando extinta a execução em razão da satisfação do débito, caberia a autora/agravante, caso entendesse, não satisfeita a obrigação, apelar da referida sentença apresentando os cálculos que reputassem devidos, o que não o fez, restando, dessa forma, preclusa a questão.

Vale ressaltar que em sede de execução não mais se justifica a renovação do litígio que foi objeto de definitiva resolução no processo de conhecimento, especialmente quando a decisão que apreciou a controvérsia apresenta-se revestida da autoridade da coisa julgada, ainda que a parte interessada venha a suscitar questão nova, que deixou de ser alegada por ela no processo.

Qualquer modificação dos critérios adotados na concessão do benefício em sede de execução, configuraria violação à imutabilidade da coisa julgada. Precedentes: (STJ, REsp 222111, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJU de 17/04/2000); (TRF-3ª Região; AC nº 19990399059914; Sétima Turma; Rel. Juiz Federal Walter do Amaral; DJU de 18/11/2004) (fls. 335).

5. O que se vê é que a Corte de origem reconhece que os cálculos e critérios estão de acordo com o que foi fixado no título executivo. Assim, não é possível, em sede de Recurso Especial, rever as premissas adotadas pelo Tribunal de origem relativamente aos cálculos do Contador, para fins de verificação de possível incorreção, ante o óbice contido nos termos da Súmula 7/STJ. Ilustrando tal orientação, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. LIMITES DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. *No presente caso, não há violação do artigo 535, II, do CPC, porque o Tribunal a quo analisou a questão da existência de saldo remanescente a ser executado, asseverando que há coisa julgada a respeito dos cálculos do contador, não existindo nada mais a ser pago pelo INSS.*

2. *O tema relativo à violação da coisa julgada encontra óbice na Súmula 7/STJ, na medida que verificar os limites do título judicial exequendo, relativamente à revisão da renda mensal inicial com base no critério de equivalência de salários, bem como a existência ou não de saldo remanescente a ser pago, exige o revolvimento de provas e fatos, tarefa incompatível com a sede do recurso especial.*

3. *Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.481.573/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 19.12.2014).*

2 2 2

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ALEGADA OFENSA À COISA JULGADA. PLANILHA DE CÁLCULOS. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE, DECORRENTES DO MESMO FATO GERADOR. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. *A Instância a quo, soberana na análise do material cognitivo produzido nos autos, concluiu que não houve, em execução de sentença, ofensa à coisa julgada. Nesse contexto, a inversão do julgado, a fim de aferir se a planilha de cálculos, apresentada em sede de execução de*

sentença, encontra-se escorreita, exigiria, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória, inviável, na via eleita, a teor do enunciado sumular 7/STJ.

II. *Consoante a jurisprudência do STJ, "a alegação de ofensa à coisa julgada foi examinada e afastada pelo Tribunal de origem; a consequência da constatação de não violação da coisa julgada é que não houve ofensa aos arts. 741, V, e 743 do Código de Processo Civil, pois foi verificada a ocorrência de excesso de execução.*

Ademais, é assente nesta Corte que o reexame de ofensa à coisa julgada importa em reexame do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7 deste Tribunal" (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.257.945/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2012).

III. *Acórdão recorrido em harmonia com a firme jurisprudência desta Corte, que, reiteradamente, afirma a impossibilidade de cumulação do auxílio-acidente com o auxílio-doença, quando originados do mesmo fato gerador.*

IV. *Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp. 218.738/DF, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 27.3.2014).*

2 2 2

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. PRECLUSÃO NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO EMBASADO EM FATOS E PROVAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. *A Corte de origem concluiu que o título executivo judicial não excluiu o período de 1998 da contagem das horas extras e tampouco a decisão interlocutória do juízo da execução o fez.*

2. *A análise da tese recursal demandaria o reexame probatório, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Precedentes: AREsp 275.130/PE, Relator, Ministro Herman Benjamin, data da Publicação 21/2/2013; AREsp 201.653/PE, Relator, Ministro Mauro Campbell Marques, data da Publicação 18/12/2012; AREsp/PE 203.477, Relator, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, data da Publicação 27/9/2012.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp. 388.824/PE, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 4.11.2013).*

Superior Tribunal de Justiça

6. Ademais, torna-se inviável, em sede de Recurso Especial, desconstituir o acórdão recorrido, uma vez que, para acolher a pretensão da parte recorrente, a fim de demonstrar erro na execução, verificar o desacerto das contas apresentadas ou ofensa à coisa julgada, inevitavelmente seria necessário o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ.

7. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do Segurado.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR